

A transição para uma economia neutra do ponto de vista climático: Explorar os impactos socioeconómicos

Introdução

A transição da UE para uma economia com impacto neutro no clima exige uma revolução industrial limpa. O presente relatório explora as potenciais implicações dessas mudanças socioeconómicas fundamentais para as diferentes regiões e populações europeias, seguindo uma abordagem prospetiva. Os resultados da investigação são apresentados juntamente com orientações políticas sobre o desenvolvimento de uma transição justa que não deixe ninguém para trás.

Contexto político

Com a adoção da Lei Europeia do Clima (junho de 2021), a UE comprometeu-se a alcançar a neutralidade climática até 2050, com o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % (em comparação com os níveis de 1990) até 2030. Para alcançar este objetivo, será necessária uma transformação fundamental dos sistemas de energia, transportes e produção. Isto afetará as economias, as sociedades, os territórios e as pessoas. Simultaneamente, será necessária uma recalibração das relações laborais e das políticas socioeconómicas mais vastas, a fim de produzir resultados justos para as pessoas na UE e assegurar o apoio público à transição. A guerra russa contra a Ucrânia e a crise energética daí resultante estimularam os governos a acelerar o abandono da dependência de combustíveis fósseis importados. A UE, por exemplo, procurou pôr termo à sua dependência dos combustíveis fósseis russos com o seu plano REPowerEU de 2022, que envolve poupanças de energia, a diversificação do aprovisionamento energético e a implantação acelerada das energias renováveis. No entanto, também atrasou a cessação da produção interna de fontes de energia com elevado teor de carbono.

O Mecanismo para uma Transição Justa da Comissão Europeia foi introduzido em reconhecimento da mudança socioeconómica exigida pelo Pacto Ecológico Europeu. Visa promover a coesão da UE e manter a equidade social e a inclusividade, objetivos fundamentais do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O Mecanismo para uma Transição Justa, juntamente com o pacote «Objetivo 55» – incluindo, fundamentalmente, o Fundo Social Europeu para o Clima – presta apoio às regiões, aos setores, aos trabalhadores e

aos agregados familiares que enfrentam os maiores obstáculos à transição. O presente relatório analisa se podem ser necessárias medidas políticas adicionais para assegurar resultados justos para as regiões e as populações e, assim, garantir a coesão da UE.

Principais conclusões

- Espera-se que a transição justa crie ganhos líquidos de emprego, novos sectores empresariais e um ambiente mais saudável. No entanto, a procura e a oferta de mão de obra podem não ser compensadas dentro das regiões; por conseguinte, é importante que sejam disponibilizados investimentos na educação, (re)qualificações e apoio personalizado à transição profissional. Além disso, devem ser abordados os desafios e as desigualdades sociais, incluindo a polarização do emprego (um aumento das profissões que exigem níveis salariais elevados e baixos) e a inadequação do bem-estar social.
- A fim de evitar o agravamento das desigualdades existentes, as medidas destinadas a atenuar os efeitos das alterações climáticas devem ser constantemente monitorizadas, incluindo efeitos desproporcionados em determinadas regiões. Além disso, poderiam ser considerados modelos de bem-estar inteiramente novos para garantir a equidade e a igualdade.
- A atual abordagem política da UE para a transição justa poderia ser adaptada de modo a incluir uma transição para a suficiência (o que significa um consumo mais limitado) a nível societal e modelos de economia mais localizados, como as abordagens da economia circular. Uma distribuição justa dos recursos seria uma condição prévia para essas mudanças.
- As medidas de inovação que visam alcançar os objetivos de sustentabilidade são essenciais para a reestruturação industrial necessária para a transição justa. O envolvimento da sociedade civil e dos parceiros sociais é crucial, especialmente em regiões com sistemas de inovação fracos.
- Uma nova economia mais localizada, que adote princípios da economia circular, pode tirar partido dos ativos regionais (naturais, humanos e de capital) para reduzir a degradação ambiental e a poluição. Deve

haver um espaço adequado para a inovação social, e será necessária uma diversificação económica para criar oportunidades para grupos socioeconómicos em diferentes circunstâncias.

- A melhoria das infraestruturas é fundamental para obter resultados de transição justos para os diferentes grupos socioeconómicos, criando simultaneamente postos de trabalho. O envolvimento da sociedade civil e dos parceiros sociais é vital para concretizar os benefícios sociais da renovação das infraestruturas, incluindo a melhoria da saúde pública e do bem-estar, por exemplo, através de habitações energeticamente eficientes e de espaços verdes urbanos.
- Uma governação multinível eficaz a nível da UE, nacional e regional exige investimentos no desenvolvimento de capacidades e a utilização coerente de uma base de dados integrada a nível da UE, até aos níveis regional e local. Isto é fundamental para o tipo de mudança sistémica de longo prazo necessária para reconfigurar sistemas de produção e consumo mais amplos. A garantia de um amplo envolvimento da sociedade civil e dos parceiros sociais será crucial para a resolução de potenciais conflitos, tal como a reconfiguração das relações de poder institucionalizadas entre o Estado, o sector empresarial, os sindicatos e os cidadãos. É necessário ter em conta as especificidades dos sistemas socioeconómicos regionais e os padrões de desvantagem dos diferentes grupos socioeconómicos.

Indicadores para políticas

- Nos debates políticos, deve ser dada mais atenção aos efeitos das alterações climáticas nos diferentes grupos socioeconómicos e aos benefícios da transição. Tal poderia reforçar os argumentos a favor da mudança e criar a capacidade de governação e as condições políticas necessárias para realizar uma transição justa.
- É necessária uma cooperação estratégica entre as autoridades públicas, os parceiros sociais e a sociedade civil para assegurar a coerência estratégica da transição entre as regiões e os setores económicos europeus. Isto inclui acompanhar as mudanças nos estilos de vida e nos padrões de consumo e fornecer informações fiáveis ao público, tendo simultaneamente em conta os diferentes pontos de partida dos vários grupos socioeconómicos.
- As políticas públicas devem desempenhar um papel mais importante na garantia e distribuição justa dos recursos num mundo neutro em termos climáticos, incluindo na ajuda ao investimento direto, baseando-se menos nos mecanismos de afetação baseados no mercado. Isto garantirá resultados justos para os diferentes grupos socioeconómicos e regiões europeias.
- As diferentes perspetivas e as capacidades integradas de recolha e análise de dados devem ser integradas nas regiões, a fim de evitar efeitos prejudiciais para as populações regionais resultantes do recurso a um pressuposto de «manutenção do statu quo» durante demasiado tempo, alavancando simultaneamente a educação para que as pessoas apoiem a transição.
- É necessário garantir apoio e meios de subsistência para todos os grupos socioeconómicos, incluindo durante os períodos de requalificação e transição profissional. Os decisores políticos devem estar atentos aos padrões emergentes de polarização do emprego e ao reforço dos padrões existentes.
- As oportunidades económicas resultantes da transição devem ser acessíveis a todos, reforçando a representação coletiva dos trabalhadores a todos os níveis, incluindo para novas estruturas e formas de trabalho, e criando capacidades para o diálogo social, ao mesmo tempo que alterem ativamente as escolhas de consumo para se alinharem com os novos modelos económicos através do envolvimento com os cidadãos.
- Deve ser assegurado o acesso socialmente justo e equitativo às infraestruturas para as necessidades básicas, como a habitação, os transportes e a conectividade digital, para permitir oportunidades de transição mais amplas, que podem contribuir para a criação de emprego.
- As capacidades e os trunfos regionais devem ser tidos em conta em percursos de transição adaptados às diferentes regiões, incluindo a força e a composição da base industrial, a natureza e a resiliência dos serviços públicos e dos sistemas de proteção social, bem como os mecanismos de diálogo social.
- Devem ser fomentadas relações baseadas na confiança entre as populações, as organizações de governação e o setor privado a fim de utilizar todos os ativos regionais disponíveis e promover e utilizar um sistema de inovação regional para assegurar a diversificação económica e atrair novas atividades económicas para a região.
- É preciso garantir o investimento e a capacidade de governação necessários para que todas as regiões possam oferecer aos cidadãos soluções adequadas em termos de infraestruturas, e criar apoio através do efeito de alavanca da inovação e de soluções de reforço da riqueza comunitária, tais como o desenvolvimento de habitações verdes a preços acessíveis (parcialmente) detidas pela comunidade.
- As regiões devem estar equipadas para incorporar a transparência, incluindo uma utilização comprovadamente eficaz dos dinheiros públicos, participar nos processos políticos e abordar os interesses instituídos para criar confiança e permitir novas formas de cooperação socioeconómica.

Informações adicionais

O relatório *A transição para uma economia neutra do ponto de vista climático: Explorar os impactos socioeconómicos* está disponível em <https://eurofound.link/ef23021>

Gestor de investigação: Hans Dubois

information@eurofound.europa.eu